



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A. – ABGF

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado.....	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	10
2 Apresentação das demonstrações contábeis	11
3 Resumo das principais práticas contábeis.....	12
4 Caixa e equivalentes de caixa	14
5 Clientes e adiantamentos.....	15
6 Tributos a recuperar	15
7 Imobilizado	16
8 Obrigações trabalhistas e sociais	16
9 Obrigações fiscais e tributárias	17
10 Patrimônio líquido.....	17
11 Dividendos a pagar	18
12 Receita operacional líquida.....	18
13 Resultado financeiro.....	19
14 Despesas administrativas	20
15 Despesas com pessoal	21
16 Despesas tributárias.....	21
17 Outras receitas operacionais	22
18 Outras informações.....	22
19 Eventos subsequentes	23

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Sócio Acionista da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que foram determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, não contendo modificações.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Dominique Joseph Marcel Nezan
Contador CRC 1SP220825/O-0

Eder Mutinelli
Contador CRC 1SP 160918/O-2

* * *

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Balço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.835.746	50.073.433	Fornecedores		264.340	-
Clientes	5	2.356.876	-	Obrigações trabalhistas e sociais	8	1.775.661	259.302
Adiantamentos	5	14.647	15.905	Obrigações fiscais e tributárias	9	429.082	38.515
Tributos a recuperar	6	1.802.362	248.581	Dividendos a pagar	11	-	10.094
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		46.009.631	50.337.919	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		2.469.083	307.911
NÃO CIRCULANTE				Capital social	10.a	50.000.000	50.000.000
Imobilizado	7	468.988	2.400	Reserva legal	10.b		2.125
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		468.988	2.400	Retenção de lucros	10.c		30.283
				Prejuízos Acumulados	10.d	(5.990.464)	-
TOTAL DO ATIVO		46.478.619	50.340.319	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.009.536	50.032.408
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.478.619	50.340.319

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	12	8.441.837	-
DESPESAS OPERACIONAIS		(19.212.388)	(1.533.582)
Despesas administrativas	14	(1.441.155)	(59.103)
Despesas com pessoal	15	(17.716.673)	(1.430.892)
Despesas tributárias	16	(66.944)	(43.587)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	12.384	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(10.770.551)	(1.533.582)
Despesas financeiras	13	(12.137)	(8.567)
Receitas financeiras	13	4.757.816	1.637.799
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(6.024.872)	95.650
Imposto de renda e contribuição social		-	(53.148)
Lucro (Prejuízo) líquido do Exercício	10.d	(6.024.872)	42.502
Quantidade de Ações Ordinárias		50.000	50.000
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação / ação diluída		(120,5)	0,9

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo do exercício	(6.024.872)	42.502
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.024.872)</u>	<u>42.502</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas		Resultado do Exercício	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Integralização de capital	10.a	50.000.000	-	-	-	50.000.000
Lucro líquido do período					42.502	42.502
Destinação do lucro						
Reserva legal	10.b		2.125		(2.125)	-
Retenção de lucros	10.c			30.283	(30.283)	-
Dividendos obrigatórios					(10.094)	(10.094)
Saldo Final em 31/12/2013		50.000.000	2.125	30.283	-	50.032.408
Prejuízo do período	10.d				(6.024.872)	(6.024.872)
Compensação de IR pago a maior em 2013	10.c			2.000		2.000
Destinação do lucro						
Reserva legal	10.b		(2.125)		2.125	-
Retenção de lucros	10.c			(32.283)	32.283	-
Dividendos obrigatórios	11					-
Saldo Final em 31/12/2014		50.000.000	-	-	(5.990.464)	44.009.536

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<u>Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais</u>			
Prejuízo do período		(6.024.872)	42.502
Ajustes para conciliar o Resultado e às Disponibilidades geradas pelas Atividades Operacionais			
Juros de atualização de dividendos provisionados	11	421	-
Depreciação/Amortização	7	18.934	-
Variações nos Ativos			
(Aumento) Redução de Clientes		(2.356.876)	-
(Aumento) Redução de adiantamentos		1.258	(15.905)
(Aumento) Redução de impostos a recuperar		(1.553.781)	(248.581)
Variações nos Passivos			
(Redução) Aumento de fornecedores		264.339	-
(Redução) Aumento de obrigações trabalhistas e sociais		1.516.359	259.302
(Redução) Aumento de obrigações tributárias		390.567	38.515
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(7.743.651)</u>	<u>75.833</u>
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</u>			
Aquisição de imobilizado	7	(485.522)	(2.400)
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</u>			
Integralização de capital	10.a	-	50.000.000
Dividendos pagos	11	(10.515)	-
Recuperação de Imposto de Renda pago a maior	10.c	2.000	
Disponibilidades líquidas geradas aplicadas nas atividades de financiamento e investimentos		<u>(494.037)</u>	<u>49.997.600</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(8.237.687)</u>	<u>50.073.433</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		50.073.433	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		41.835.746	50.073.433
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(8.237.687)</u>	<u>50.073.433</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF** é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima, criada pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, conforme autorizado pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, tendo iniciado suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

A ABGF tem sede e foro em Brasília – Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo, para a consecução dos seus objetivos institucionais:

- I criar subsidiárias, inclusive com o fim específico de administrar fundos que tenham por objetivo a cobertura complementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal;
- II instalar escritórios, filiais, representações e outros estabelecimentos, no País e no exterior; e
- III adquirir participações em empresas, públicas ou privadas, dos ramos securitário e ressecuritário, bem como dos ramos de atividades complementares às do setor de seguros e resseguros, com ou sem o controle do Capital Social, observado o disposto na alínea “a” do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

Em 1º de julho de 2014, a ABGF criou uma filial na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com o propósito de subsidiar a ABGF/Matriz na execução de todos os serviços relacionados ao SCE, cujas garantias prestadas são lastreadas no Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Os serviços executados pela filial incluem análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, conforme previsto no artigo 4º, inciso III, da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

A ABGF tem por objeto:

- I a concessão de garantias contra riscos:
 - (a) de Morte e Invalidez Permanente - MIP do mutuário, em operações de crédito habitacional no âmbito de programas ou instituições oficiais;
 - (b) de Danos Físicos ao Imóvel - DFI, em operações de crédito habitacional no âmbito de programas ou instituições oficiais;
 - (c) de crédito, em operações de crédito habitacional, no âmbito de programas ou instituições oficiais;
 - (d) comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a 2 (dois) anos;
 - (e) políticos e extraordinários, em operações de crédito ao comércio exterior de qualquer prazo;
 - (f) de descumprimento de obrigações contratuais referentes a operações de exportação de bens ou serviços, conforme garantias:

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

- 1 de execução (*performance*),
 - 2 de reembolso de adiantamento de recursos (*advanced payment*),
 - 3 de termos e condições de oferta, e
 - 4 contra hipóteses de interrupção de obrigações contratuais do devedor.
- (g) de crédito, em operações de aquisição de máquinas e implementos agrícolas, no âmbito de programas ou instituições oficiais;
- (h) de crédito, em operações a microempreendedores individuais, autônomos, micro, pequenas e médias empresas; e
- (i) de crédito educativo no âmbito de programas ou instituições oficiais.
- II a constituição, administração, gestão e representação de fundos garantidores;
- III a constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural, nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros; e
- IV a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4o da Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979.

Por meio da Portaria SUSEP nº 5.920, de 24 de junho de 2014, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) concedeu autorização à ABGF para o início de suas operações de emissão direta de garantia, de que trata o inciso I do artigo 38 da Lei nº 12.712, de 2012, o que permitirá que a Empresa exerça seu objetivo institucional.

Entretanto, enquanto não operar como garantidora direta, mesmo depois de obtida autorização para operar, até o início das atividades de emissão direta de garantia, a SUSEP, pelo Ofício nº 0293/2014/SUSEP-GABIN, de 04 de junho de 2014, definiu que a ABGF somente deverá encaminhar informações relativas aos dados cadastrais, do quadro I do Formulário de Informações Periódicas (FIP).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no que couber.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 23 de fevereiro de 2015.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto quando de outro modo indicado.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(d) Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. As políticas contábeis aplicadas foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado o contrário.

(a) Reconhecimento da receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

(c) Instrumentos financeiros básicos

A empresa classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2014

(valores expressos em reais)

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da empresa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da cota informado pelos Administradores, na data do balanço.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos, que a empresa tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento. São registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por valores a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados valores vencidos há mais de sessenta dias e não liquidados, a Administração da Empresa é responsável por traçar um plano de recuperação desses valores, eliminando a necessidade de ajuste por reduções ao valor recuperável.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

São ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda ou, quando não são classificados em nenhuma das categorias anteriores, são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando realizado são apropriados ao resultado.

Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

(d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

(e) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, até a data do Balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período.

(f) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no Balanço, quando for provável que gerará benefícios econômicos futuros em favor da Entidade e seu custo puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no Balanço, quando a Entidade possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado.

(g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Agência tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

(h) Apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (Duzentos e quarenta mil reais) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro real tributável. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados mensalmente por estimativa, levantando-se balancete de suspensão e redução dos tributos.

(i) Reapresentação do balanço patrimonial

A Empresa decidiu reapresentar o Balanço Patrimonial, referente ao período de 27 de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2013, originalmente aprovado pela administração em 24 de fevereiro de 2014, promovendo reclassificações na divulgação da linha do balanço intitulada “Obrigações trabalhistas e sociais”, para melhor apresentação e permitir a comparabilidade com as demonstrações contábeis de 31/12/2014, que no entendimento da Administração não modificam as informações apresentadas anteriormente referentes ao período e que não resultam em modificações dos saldos contábeis. As reclassificações estão detalhadas na nota explicativa 8.a.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Bancos (i)	663.274	-
Fundo Fixo (ii)	3.271	-
Aplicações Financeiras (iii)	<u>41.169.201</u>	<u>50.073.433</u>
	<u>41.835.746</u>	<u>50.073.433</u>

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

- (i) O valor registrado em Bancos representa o valor recebido da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF) em 31/12/2014, referente à prestação de serviços da ABGF, no mês de novembro/2014, em tempo não hábil para aplicação.
- (ii) Fundo Fixo refere-se ao caixa para despesas de pequeno vulto, de acordo com norma interna da ABGF (GEFIN/NOR/01/1/0), baseada na legislação federal aplicável.
- (iii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no Fundo de Investimento em Cotas (FIC) Exclusivo, administrado pelo Banco do Brasil, com compra de cotas do FI BB TOP CP.

5 Clientes e adiantamentos

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Clientes (i)	<u>2.356.876</u>	-
Adiantamento de Férias	3.949	15.905
Adiantamento para Viagens (ii)	<u>10.698</u>	-
	<u>14.647</u>	<u>15.905</u>

(i) A conta Clientes registra o valor a receber da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF), referente aos serviços prestados no mês de dezembro de 2014, no valor de R\$ 1.811.898 e o valor de R\$ 544.978 a receber do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), relativo à remuneração pela administração do Fundo.

(ii) O saldo de Adiantamento para Viagens registra os adiantamentos concedidos, cujas prestações de contas ocorrerão no mês seguinte.

6 Tributos a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF s/Rendimentos de Aplicações Financeiras (i)	1.262.978	248.311
IRRF sobre Salários/Honorários	-	270
IRRF a Recuperar (ii)	446.387	-
CSLL a Recuperar (ii)	<u>92.997</u>	-
	<u>1.802.362</u>	<u>248.581</u>

(i) O saldo da rubrica IRRF s/Rendimentos de Aplicações Financeiras registra as retenções efetuadas pelo Banco do Brasil sobre os rendimentos brutos auferidos pela ABGF na aplicação de suas disponibilidades financeiras, no Fundo de Investimento Extramercado e no Fundo de Investimento em Cotas (FIC) Exclusivo BB Paranoá, administrados pela Instituição. Essas retenções representam antecipações do pagamento do tributo, a serem compensadas em apurações efetivas da própria ABGF.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

(ii) Os valores das rubricas IRRF a Recuperar e CSLL a Recuperar referem-se a tributos retidos pela SAIN/MF em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1234, de 2012, pelos serviços prestados pela ABGF àquele órgão.

7 Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação, calculada com base no método linear, e está composto da seguinte forma:

Elemento	Custo Corrigido	Depreciação acumulada	Valor	
			Líquido 31/12/2014	Valor Líquido 31/12/2013
Mobiliário em Geral	212.966	11.092	201.874	-
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	17.115	3.050	14.065	2.400
Equipamentos de Informática e Software	244.071	3.415	240.656	-
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	13.770	1.377	12.393	-
	487.922	18.934	468.988	2.400

8 Obrigações trabalhistas e sociais

Os valores elencados representam saldos de provisão para férias e encargos, contribuições sociais e reembolsos de salários devidos pela ABGF pela cessão de diretores/empregados, cujos pagamentos se realizarão no mês seguinte.

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Provisão para Férias e Encargos	1.043.518	84.777
INSS a Recolher	310.833	51.035
FGTS a Recolher	111.069	15.225
Contribuição Sindical a Recolher	700	-
Ressarcimento de Salários Cedidos	309.541	108.265
	1.775.661	259.302

(a) Efeitos da reapresentação

	31 de dezembro de 2013		
	Original	Reclassificado	Reapresentado
Provisão para Férias e Encargos	84.777	-	84.777
Provisão para 13º Salário e Encargos Salário e Ordenados a Pagar	-	-	-
INSS a Recolher	51.035	-	51.035
FGTS a Recolher	15.225	-	15.225
Contribuição Sindical a Recolher	-	-	-
Ressarcimento de Salários Cedidos	-	108.265	108.265
	151.037	108.265	259.302

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

9 Obrigações fiscais e tributárias

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Empresa, relativos à prestação de serviços, e retenções tributárias incidentes sobre salários/honorários pagos e as contratações realizadas pela ABGF, em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, o Regulamento do ISS (Decreto nº 25.508, de 29 de janeiro de 2005), a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2013 e legislação tributária vigente.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Cofins s/ Faturamentos a Recolher	166.881	-
PIS s/ Faturamento a Recolher	36.159	-
IRRF s/ Folha de Pagamento a Recolher	183.574	38.515
ISS a Recolher	27.249	-
Tributos Federais s/ Notas Fiscais a Recolher	13.769	-
ISS Retenções a Recolher	228	-
INSS retido a Recolher	1.222	-
	<u>429.082</u>	<u>38.515</u>

10 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O Capital Social de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reserva legal

A Reserva Legal no valor de R\$ 2.125 (dois mil, cento e vinte e cinco reais), constituída em 31 de dezembro de 2013, corresponde à parcela de 5% do Lucro Líquido apurado no exercício de 2013, permanece inalterada, tendo em vista a apuração de Prejuízo neste exercício.

Esta Reserva foi revertida para absorção de parte do prejuízo do exercício.

(c) Reserva de retenção de lucros

A Reserva de Retenção de Lucros representa o saldo remanescente do Lucro Líquido apurado em 31 de dezembro de 2013, após a constituição da Reserva Legal e distribuição do dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão contida no § 3º, artigo 52 do Estatuto Social da ABGF, aprovado por sua Assembleia Geral de Constituição realizada em 27 de agosto de 2013, cuja alteração foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 20 de maio de 2014, todos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal.

Destina-se ao financiamento de investimentos de capital a serem realizados pela ABGF e a alteração ocorrida no período refere-se à compensação de imposto de renda pago a maior pela ABGF, relativo ao 3º trimestre de 2013, e recuperado neste exercício.

Esta Reserva foi revertida para absorção de parte do prejuízo do exercício.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

(d) Prejuízo do período

A ABGF apurou, no exercício de 2014, prejuízo no valor de R\$ 6.024.871 (seis milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais).

A empresa iniciou suas atividades em agosto de 2013 e manteve-se em fase pré-operacional até 30/06/2014, tendo assinado em 01/07/2014 o primeiro contrato de prestação de serviços de garantias ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN/MF).

Havia a previsão de início das atividades do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) em meados do 2º semestre de 2014, que geraria receitas para a empresa. O início das operações não se concretizou por não ter sido realizada a integralização pela União do capital necessário para a concessão de garantias, conforme previsto no art. 32 da Lei nº 12712, de 2012. Inicialmente o aporte de recursos pela União estava previsto para setembro/2014. Com a aprovação do Estatuto do FGIE e da subscrição de capital de R\$ 50 milhões pela União, aprovados pela Assembleia de Cotistas realizada em 28.11.2014, teve início apenas em dezembro/2014 a recuperação das despesas administrativas da ABGF junto ao FGIE, parte da remuneração que cabe à ABGF como administradora do Fundo.

A partir de 1º de julho de 2014, a ABGF começou a obter receita com a prestação de serviços para a SAIN/MF, porém não suficientes para cobrir as despesas da Empresa.

11 Dividendos a pagar

Os dividendos apurados em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 10.094 (dez mil e noventa e quatro reais) foram recolhidos ao Tesouro Nacional em 6 de junho de 2014, acrescidos de atualização monetária calculada pela taxa Selic no valor de R\$ 421 (quatrocentos e vinte e um reais), perfazendo o valor de R\$ 10.515 (dez mil, quinhentos e quinze reais).

12 Receita operacional líquida

A receita da Agência foi gerada, principalmente, pela prestação de serviços relacionados à concessão e acompanhamento da concessão de seguro de crédito à exportação, ao amparo do FGE. Em 1º de julho de 2014, a Agência celebrou contrato com a Secretaria de Assuntos Internacionais – Sain/MF para execução desses serviços.

As deduções correspondem a tributos federais e municipais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços, quando houver.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita operacional Bruta	9.844.708	-
FGE (i)	9.299.730	-
FGIE (ii)	544.978	-
(-) Deduções da Receita	(1.402.871)	-
COFINS	(748.198)	-
Pis/Pasep	(162.438)	-
ISS	(492.235)	-
Receita operacional Líquida	<u>8.441.837</u>	<u> </u>

(i) Início das operações em 01.07.2014.

(ii) Constituição do Fundo em 28.11.2014.

13 Resultado financeiro

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	4.690.024	1.635.851
Juros ativos (ii)	<u>67.792</u>	<u>1.948</u>
	4.757.816	1.637.799
Despesas financeiras (iii)	<u>(12.137)</u>	<u>(8.567)</u>
	<u>4.745.679</u>	<u>1.629.232</u>

(i) Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 4.

(ii) O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar referenciados na Nota 6 (i).

(iii) As despesas financeiras incluem tarifas bancárias e encargos sobre pagamentos realizados pela ABGF.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

14 Despesas administrativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Viagens e Representações (i)	(334.075)	(27.564)
Serviços de Terceiros (ii)	(132.237)	-
Ocupação (iii)	(812.116)	-
Despesas Gerais (iv)	(201.386)	(31.539)
Créditos tributários (v)	57.593	
Depreciação	(18.934)	-
	<u>(1.441.155)</u>	<u>(59.103)</u>

- (i) Viagens e Representações registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF, relacionados a viagens a serviço de interesse da Empresa.
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, contabilidade, treinamento e capacitação, avaliações, licença de uso de softwares, assinatura de periódicos, eventos e prestação de serviços com utilização de materiais.
- (iii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel da filial da ABGF no Rio de Janeiro, despesas com condomínios (matriz e filial) e serviços terceirizados de limpeza e conservação.
- (iv) As Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos de telefonia, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, dentre outras.
- (v) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para a contribuição do Pis/Pasep e Cofins. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (Cofins) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep), Lei nº 10.637, de 2002, e Lei nº 10.833, de 2003, sobre os valores de despesas constantes das referidas Leis. No caso da ABGF, os créditos tributários incidem sobre as despesas de aluguel, depreciação e energia elétrica.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2014
(valores expressos em reais)

15 Despesas com pessoal

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Empregados:		
Salários, Encargos e Benefícios	(14.504.852)	(267.941)
Salários e Ordenados (iii)	(6.888.958)	(195.630)
Encargos Sociais	(2.394.643)	(72.311)
Provisões Trabalhista e Previdenciária	(2.217.728)	-
Benefícios Empregados	(275.624)	-
Ressarcimento de Cedidos (ii)	(2.724.717)	-
Saúde e Segurança do Trabalho	(3.182)	-
Diretoria e Conselhos:		
Honorários, Encargos e Benefícios (i)	(3.211.822)	(806.485)
Honorários do Conselho de Administração	(263.619)	(105.866)
Honorários do Conselho Fiscal	(139.813)	(52.933)
Honorários da Diretoria Executiva	(1.035.641)	(388.759)
Encargos Sociais Sobre Honorários	(483.230)	(113.457)
Provisão Trabalhista e Previdenciária	(208.353)	(66.012)
Benefícios Diretor	(124.731)	(46.755)
Ressarcimento Diretores (ii)	(956.435)	(32.703)
Total	<u>(17.716.674)</u>	<u>(1.074.426)</u>

- (i) As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva foram aprovadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, por meio dos Ofícios nºs 1.331 e 794/DEST-MP, respectivamente de 21 de agosto de 2013 e 19 de maio de 2014.
- (ii) A ABGF ressarce às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais de origem dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.
- (iii) Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST (Ofício nº 1550/DEST-MP, de 05 de novembro de 2013).

16 Despesas tributárias

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IPTU (i)	(19.608)	-
Impostos e Taxas Diversas	(2.457)	-
Contribuição Sindical (ii)	(44.879)	(43.587)
	<u>(66.944)</u>	<u>(43.587)</u>

- (i) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel alugado no Rio de Janeiro, onde funciona a filial da ABGF.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

(ii) O saldo registrado nesta rubrica corresponde à Contribuição Sindical Patronal do exercício, recolhida junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, na Conta Especial Emprego e Salário, CNPJ 37.115.367/0035-00, conforme inciso III, artigo 580 e § 3º do artigo 590 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

17 Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Patrocínios recebidos (i)	17.200	-
Recuperação de despesas (ii)	184	-
Resultado de Investimentos em Fundos Garantidores (iii)	<u>(5.000)</u>	<u>-</u>
	<u>12.384</u>	<u>-</u>

(i) Patrocínio concedido pelo Banco do Brasil, sem efeitos tributários, tendo em vista que anula o gasto pela Empresa com o evento ao qual se destinou o patrocínio.

(ii) Inclui recuperação de encargos sociais (INSS) recolhidos no período.

(iii) Esse valor refere-se ao resultado negativo do investimento da ABGF no Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE.

18 Outras informações

(a) Lei nº12.973, de 13 de maio de 2014, conversão da Medida Provisória nº 627, de 2013

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, conversão da Medida Provisória nº 627, de 2013, promoveu alterações no IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, com vigência para 2015, permitindo ao contribuinte adesão às novas regras já em 2014, de forma irrevogável. A referida Medida Provisória, dentre outros assuntos, tratou especialmente em harmonizar a legislação tributária com os critérios e os procedimentos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638, de 2007 e 11.941, de 2009, bem como a extinção do RTT (Regime Tributário de Transição) e novas regras de tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil com relação aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e alterações na forma de utilização do ágio.

A Agência não aderiu aos efeitos trazidos pela Lei nº 12.973 para o ano de 2014. Com base no texto vigente entende-se que para o ano de 2015 não haverá impactos relevantes nas demonstrações contábeis desta Empresa.

(b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Algumas normas emitidas pelo IASB, que não estão em vigor para o exercício de 2014, não foram adotadas pela Empresa, a saber:

- Alteração do CPC 38 - Introduce novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015.

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 (valores expressos em reais)

Em decorrência do compromisso do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB são esperados que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Empresa irá avaliar o eventual impacto dessas alterações nas suas demonstrações contábeis até a edição pelo CPC

19 Eventos subsequentes

- 19.1 Prevê-se, para o exercício de 2015, aumento de capital da ABGF, mediante a transferência da totalidade das cotas de propriedade da União nos Fundos FGI, FGO e FGHAB:

No 1º semestre de 2015 será mantido o acompanhamento e análise dos fundos diluídos (FGI, FGO e FGHAB), à vista das informações disponibilizadas pelos respectivos administradores, objetivando a efetivação da transferência da totalidade das cotas pertencentes à União naqueles fundos, para a ABGF, em valor estimado de R\$ 2 bilhões.

- 19.2 Efeitos da aplicação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos Securitários para os empregados da ABGF, se aplicada durante o exercício de 2015, conforme autorizado pelo Ofício nº 1704/DEST/SE-MP, de 19/12/2014, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DEST/MP):

A Convenção Coletiva de Trabalho é o documento pactuado entre sindicatos de empregadores e de empregados para o estabelecimento de regras nas relações de trabalho no âmbito da respectiva categoria (econômica e profissional).

Em janeiro de 2015, foram submetidos ao Conselho de Administração da ABGF o Ofício recebido do DEST/MP e Nota Técnica da Gerência de Gestão de Pessoas, informando os impactos econômicos da aplicação da referida CCT, tanto para o exercício de 2015 quanto retroativa ao exercício de 2014.

O Conselho de Administração ainda não deliberou sobre o assunto, ficando pendente para as próximas reuniões.

Se autorizado pelo Conselho de Administração da ABGF a aplicação retroativa das cláusulas econômicas da CCT 2014 dos Securitários para os empregados da ABGF, o efeito econômico aproximado dessa aplicação retroativa é de R\$ 783.132 (setecentos e oitenta e três mil, cento e trinta e dois reais), conforme demonstrado a seguir. Os valores de encargos sobre as diferenças salariais estão registrados com carga tributária aproximada, sem considerar possíveis juros e multas de INSS e FGTS.

Empregados Ativos - Brasília e Rio de Janeiro

	<u>R\$</u>	<u>INSS 26,2%</u>	<u>FGTS 8%</u>
Retroatividade Salarial 2014	205.940	53.956	16.475
Auxílio Cesta Alimentação	258.335		
Auxílio Refeição	107.415		
Auxílio Creche	40.384		
Total	612.074		

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

Notas explicativas às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2014
(valores expressos em reais)

Empregados Demitidos - Brasília e Rio de Janeiro

	<u>R\$</u>	<u>INSS 26,2%</u>	<u>FGTS 8%</u>
Retroatividade Salarial 2014	23.516	6.161	1.881
Auxílio Cesta Alimentação	38.500		
Auxílio Refeição	28.710		
Auxílio Creche	1.857		
Total	<u>92.583</u>		

Marcelo Pinheiro Franco
Diretor Presidente

Ronaldo Camillo
Diretor Administrativo e Financeiro

Vilma Pasini de Souza
Contadora
CRC MG 56170/O-7 T-DF

* * *

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Parecer nº 001/2015/CONAD/ABGF)

Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2014.

1. O Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em reunião ordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 21, inciso V, alínea “a”, do Estatuto Social, examinou o Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2014.

2. Com base no exame realizado, bem como no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da ABGF, emitido, em 26.02.2015, sem ressalvas, pela empresa MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, o Conselho se manifestou favoravelmente à aprovação, pela Assembleia Geral de Acionistas, do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014.

Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2015.

Esteves Pedro Colnago Junior
Presidente do Conselho

Carlos Augusto Moreira Araújo
Presidente Substituto do Conselho

André Alvim de Paula Rizzo
Conselheiro

Hadil da Rocha Vianna
Conselheiro

Marcelo Pinheiro Franco
Conselheiro

Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Parecer nº 001/2015/COFIS/ABGF)

Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2014.

O CONSELHO FISCAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF, no uso de suas atribuições legais e Estatutárias, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas Notas Explicativas da ABGF, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2014, aprovados pelo Conselho de Administração na 19ª Reunião Ordinária, de 26 de fevereiro de 2015. Assim, com base nesse exame à luz do Relatório de Auditoria Independente, sem ressalvas, da MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 26 de fevereiro de 2015, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da ABGF.

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.

Luiz Alberto de Almeida Palmeira
Presidente do Conselho

Renato Pontes Dias
Conselheiro

Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista
Conselheiro